



89

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0006071-82.2014.8.17.0000 (0339123-9)  
**COMARCA:** BODOCÓ  
**VARA:** ÚNICA  
**IMPETRANTE:** JOSÉ RÔMULO ALVES DE ALENCAR  
**PACIENTE:** ANTONIO PINHEIRO DE CARVALHO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

**EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. DENÚNCIA POR LATROCÍNIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. IMPROCEDÊNCIA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52, STJ. CULPA DA DEFESA. SÚMULA 64, STJ. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO JÁ JULGADO. IMINÊNCIA DE BAIXA DOS AUTOS PARA PROLAÇÃO DE NOVA SENTENÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

**I** – Não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido da parte da autoridade indigitada coatora, que impulsionou o feito originário de maneira satisfatória, concluindo a instrução em tempo razoável, até que proferiu decisão de pronúncia, posteriormente anulada por esta Corte. Ademais, grande parte do atraso na formação da culpa deve-se ao fato de o acusado ter se evadido do distrito da culpa há mais de 12 (doze) anos, dificultando a localização das testemunhas, que depois de tanto tempo, sequer residiam na comarca, sendo necessária a expedição de precatória e a realização de diligências para encontrá-las. Desse modo, além de finalizada a instrução, hipótese em que se aplica a Súmula 52

OK-7



90

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

do Superior Tribunal de Justiça, forçoso é concluir que a defesa deu causa ao retardo impugnado, sendo caso de incidência também da Súmula 64 do mesmo Tribunal Superior.

**II** – Por outro lado, após a decisão de pronúncia, não houve desídia na remessa dos autos a esta Corte, e, se isso não bastasse, o Recurso em Sentido Estrito nº 0322239-1 já foi julgado por esta Câmara Criminal. Uma vez transitando em julgado o acórdão, já publicado, serão os autos devolvidos à primeira instância para que possa ser prolatada a sentença reclamada pelo Impetrante, concluindo-se, assim, que o processo originário tem tido regular andamento, dentro do possível, em consonância com o princípio da razoabilidade, não havendo qualquer dilação que caracterize o sustentado constrangimento ilegal.

**III** – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0006071-82.2014.8.17.0000 (0339123-9)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 24 de 09 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**



98

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**IHABEAS CORPUS Nº:** 0006071-82.2014.8.17.0000 (0339123-9)  
**COMARCA:** BODOCÓ  
**VARA:** ÚNICA  
**IMPETRANTE:** JOSÉ RÔMULO ALVES DE ALENCAR  
**PACIENTE:** ANTONIO PINHEIRO DE CARVALHO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

**RELATÓRIO**

**José Rômulo Alves de Alencar**, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Antônio Pinheiro de Carvalho**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca do Bodocó, no âmbito do Proc. nº 0000272-42.2006.8.17.0290.

Consta da inicial que o Paciente foi denunciado em 26/10/2000, como incurso nas penas do art. 157, § 3º, do Código Penal (latrocínio), e que, com o recebimento da denúncia, foi decretada a prisão preventiva do Paciente, vindo o mesmo a ser preso em 18/07/2012.

Narra a exordial, ainda, que ao término da instrução criminal, a autoridade coatora não encontrou amparo legal para condenar o Paciente na conduta descrita na denúncia, desclassificando o delito a ele imputado e remetendo o feito para o Ministério Público para novas alegações.

Afirma o Impetrante que, com a apresentação de novas alegações, o Juiz pronunciou o Paciente nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do CPB (homicídio qualificado), mantendo a prisão do acusado em 13/06/2013.



92

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Aduz que, inconformado com a pronúncia, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, tendo sido os autos remetidos a este Tribunal no dia 06/11/2013.

Alega que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do excesso de prazo para formação da culpa, visto que ele se encontra segregado há mais de 23 (vinte e três) meses, sem qualquer expectativa de quando será julgado, requerendo a expedição de alvará de soltura.

A exordial não veio instruída com quaisquer documentos.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 21/22**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 28/28-v**, comunicando que os autos originários encontravam-se neste Tribunal.

Despacho à **fl. 30**, determinando a juntada das principais peças do Recurso em Sentido Estrito nº 0322239-1, o que foi feito às **fls. 31/79**.

Por fim, a Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Adalberto Mendes Pinto Vieira**, apresentou parecer às **fls. 83/85**, opinando, preliminarmente, pelo não conhecimento do *writ*, ante a incidência da Súmula 21 do STJ, e, no mérito, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



93

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0006071-82.2014.8.17.0000 (0339123-9)  
**COMARCA:** BODOCÓ  
**VARA:** ÚNICA  
**IMPETRANTE:** JOSÉ RÔMULO ALVES DE ALENCAR  
**PACIENTE:** ANTONIO PINHEIRO DE CARVALHO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

**VOTO**

Conforme relatado, extrai-se dos autos que o Paciente foi denunciado em **25/10/2000**, juntamente com outro indivíduo, como incurso nas penas do art. 157, § 3º, do Código Penal (latrocínio), por fato ocorrido em 12/10/2000 (fls. 31/33).

O corréu foi condenado por esse delito, à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em sentença datada de 08/11/2005, tendo sido determinada a separação do feito em relação ao Paciente, que permanecia na condição de foragido (fls. 34/42).

Verifica-se à fl. 52 que, com a prisão do Paciente, em **18/07/2012**, o feito retomou seu curso, tendo o defensor apresentado resposta à acusação no dia **18/10/2012**.

Realizou-se audiência de instrução em **18/12/2012**, quando se ouviram as testemunhas de acusação e de defesa, e foi interrogado o Paciente, seguindo-se as alegações finais das partes.

No dia **07/05/2013**, a autoridade indigitada coatora exarou despacho, a fim de que o Ministério Público fosse intimado para os fins do



94

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

art. 384, § 2º, do Código de Processo Penal<sup>1</sup>, entendendo o magistrado singular que "a prova coligida aos autos não autorizava a condenação pelo crime de latrocínio, mas revelava de forma candente a existência do crime de homicídio".

Intimado, o Ministério Público não aditou a denúncia, pois entendeu que o crime de latrocínio estava demonstrado nos autos e que, ainda no caso de desclassificação, tratava-se de *emendatio libelli*, e não de *mutatio libelli*.

Em **13/06/2013**, a autoridade apontada como coatora, desclassificando o crime de latrocínio para homicídio, proferiu decisão de pronúncia em desfavor do Paciente.

Dessa decisão, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito no dia **01/08/2013**, contra-arrazado pela defesa em **02/09/2013**.

O juiz de primeiro grau manteve a pronúncia em decisão datada de **11/09/2013**, determinando a remessa dos autos a este Tribunal, o que ocorreu no dia **06/11/2013**, com posterior distribuição do recurso a este Desembargador.

---

<sup>1</sup> Art. 384. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

§ 1º Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, aplica-se o art. 28 deste Código.

§ 2º Ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 (cinco) dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento.



95

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Consoante o *Judwin* – 2º Grau, esta Terceira Câmara Criminal julgou o referido recurso no dia **03/09/2014**, dando-lhe provimento à unanimidade, para anular a decisão de pronúncia, devolvendo-se o feito ao Juízo de Origem a fim de que seja proferida sentença de mérito em relação ao Paciente, tendo por fundamento a conduta tipificada na denúncia (latrocínio).

Pois bem.

Diante da narrativa acima, observa-se que não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido da parte da autoridade indigitada coatora, que impulsionou o feito originário de maneira satisfatória, concluindo a instrução em tempo razoável, até que proferiu decisão de pronúncia, posteriormente anulada por esta Corte.

Ademais, conforme afirmou o magistrado singular no despacho com cópia às fls. 46/48, o atraso na formação da culpa devia-se ao fato de o acusado ter se evadido do distrito da culpa havia mais de 12 (doze) anos, dificultando a localização das testemunhas, que depois de tanto tempo, sequer residiam na comarca, sendo necessária a expedição de precatória e a realização de diligências para encontrá-las.

Desse modo, além de finalizada a instrução, hipótese em que se aplica a Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça<sup>2</sup>, forçoso é concluir que a

---

<sup>2</sup> Súmula 52. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.



96

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

defesa deu causa a grande parte do retardo ora impugnado, sendo caso de incidência também da Súmula 64 do mesmo Tribunal Superior<sup>3</sup>.

Por outro lado, após a decisão de pronúncia, não houve desídia na remessa dos autos a esta Corte, pois o recurso foi contra-arrazado em 02/09/2013, tendo sido mantida a pronúncia em 11/09/2013, e os autos subiram no dia 06/11/2013, após ter sido feita carga ao defensor e ao Ministério Público.

Se isso não bastasse, o Recurso em Sentido Estrito nº 0322239-1, como dito anteriormente, já foi julgado por esta Câmara Criminal e, uma vez transitando em julgado o acórdão, já publicado, serão os autos devolvidos à primeira instância para que possa ser prolatada a sentença reclamada pelo Impetrante.

Conclui-se, assim, que o processo originário tem tido regular andamento, dentro do possível, em consonância com o princípio da razoabilidade, não havendo qualquer dilação que caracterize o sustentado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 24 de 09 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**

<sup>3</sup> Súmula 64. Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.